

DIREITOS E VONTADES DE DEIXAR MARCAS. A TERRA COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO (GUARANTÃ DO NORTE, MT)

*Nancy Alessio Magalhães**

Resumo

Neste artigo, são consideradas narrações de camponeses brasileiros (Guarantã do Norte, MT) em suas experiências com a terra. Nas falas desses homens e mulheres, a terra assume um caráter de patrimônio histórico e cultural, que ultrapassa a dimensão econômica imediata. São identificadas, ainda, semelhanças e diferenças na relação com a terra entre camponeses e indígenas daquela região.

Palavras-chave

Terra; patrimônio histórico e cultural; Guarantã do Norte, MT; Direito à História e à memória.

Abstract

In this paper are considered Brazilian peasants' narrations (North Guarantã, State of Mato Grosso) about their experiences with the land. In these men and women's speeches the land takes on a historic and cultural heritage character which overtakes the economic immediate dimension. Differences and resemblances are still identified between peasants and indians in their relations with the land in that region.

Keywords

Land; Historic and cultural heritage; North Guarantã, State of Mato Grosso; History and memory right.

“... todos são filósofos, ainda que a seu modo...”

(Antonio Gramsci, *Concepção dialética da História*)

“*Quem amassa o mingau às vezes tem que comer*”.

(Ida Saibert, de Guarantã do Norte, narração oral)

“*Onde estamos? Que é isso? Aonde nos levou o sonho?*”

(Thomas Mann, *A montanha mágica*).

“*Tempo, contratempo anulam-se, mas o sonho resta, de viver.*”

(Carlos Drummond de Andrade, “A falta que ama”).

A busca desafiante e difícil por um pedaço de terra – sonho que os despossuídos dos mais diferentes pontos do Brasil tentam realizar, entre outros locais, na Amazônia – indica a vontade de enraizamento, de um ponto de retorno e ponto de partida para a sobrevivência e o futuro de seus sujeitos. A terra representa, para esses sujeitos, um patrimônio cultural e histórico, na medida em que há valores morais a ela atribuídos, a serem transmitidos de geração a geração, nos quais ela não é percebida apenas como objeto de trabalho e de propriedade.

Interpreto como diversos saberes e concepções de mundo foram criados e reelaborados no trabalho cotidiano com a terra, por homens e mulheres, camponeses migrantes de Guarantã do Norte, MT, que buscaram que sua dignidade fosse reconstruída, garantida e respeitada, para que pudessem também transmitir às outras gerações uma obra, uma história.¹ O que pode remontar, como entende Arendt, a épocas mais antigas que Heródoto, que Homero mesmo, quando a grandeza humana era vista nas ações, nas atividades humanas menos duradouras, nos feitos e palavras, uma história de fazeres e sofrimentos, algo fora do próprio ser humano, algo para todos verem, ouvirem e se comoverem. Os poetas podiam fazer essas palavras e seus feitos sobreviverem à vida mortal de seu agente. A tarefa do historiador e do poeta, colocados por Aristóteles na mesma categoria “consiste em fazer alguma coisa perdurar na recordação... ação e fala, nessa espécie de *poiesis* ou fabricação que por fim se torna a palavra escrita”.²

Em alguns depoimentos que gravamos em cassete, em junho de 1989, após a projeção da série de documentários histórico-videográficos *Em cima da terra*,³ o tema do conteúdo da história como feitos, palavras e sofrimentos perpassa, mesmo que indiretamente, o modo como alguns camponeses migrantes de Guarantã do Norte, apropriam-se desses

documentos orais e visuais, memórias de suas travessias. São bastante significativos dois deles, que textualizamos a seguir.

1) Prof^a. Irene Oliveira Rocha:

P'ra mim, foi interessante, a primeira coisa que eu pensei foi assim nos meus pais, tá? Que eles não tiveram oportunidade de registrar a história deles, não é? E tem tantas coisas que aconteceram, então, a primeira coisa que eu me lembrei foi isso, quando comecei a ver o vídeo. E analisando também a vinda da gente pra cá, parece um sonho. Nem parece que aquilo tudo aconteceu e a gente analisando bem o vídeo, a gente vê que muitas coisas que aconteceram ainda continuam acontecendo... E melhorou em alguns termos, mas outras coisas continuam, essa luta pela terra, a luta pela sobrevivência. É muito marcante, tanto no vídeo e agora na nossa vida do dia a dia de hoje também. Todo mundo lutando, de uma forma ou de outra. No começo, era uma luta assim, luta de conquista, agora, mais luta de sobrevivência mesmo, assim, pra manter a terra. E conseguimos. Agora, foi muito bom, está sendo bom, pela reação do pessoal. Eu pensei, assim, eu tinha minha opinião, assim, que o pessoal não ia se ligar tanto. E me enganei, tudo mundo está interessado na sua história, em ver registrada a sua história. Não, não é pelo fato de desencanto, mas essa luta, esse dia a dia tão corrido, tão agitado, tem hora que a gente nem pára pra pensar, o que tem acontecido com a gente, como é que tem acontecido. Então, é o meu modo de pensar, de ver as coisas desse ângulo.

2) Sr. Darcy Zanon:

Porque a gente chega à conclusão de que o homem nada tem de herança nessa vida, do que uma história. Porque existem certas pessoas que deixam a história negativa e, com quem sabe lá, como se escuta todo dia, com crimes, com bandalheiras, com drogas, enquanto que outras pessoas deixam a história positiva, de trabalho, sacrifícios, de lutas. Então, pra nós é isso que é importante, é importante nesse sentido. Inclusive, eu acho que a melhor herança que nós iríamos deixar a nossos filhos seria que no futuro eles vejam um passado de trabalho, sacrifícios, e que foi isso que deixou para eles e que eles sigam esse exemplo para sempre.

Suas histórias, seus múltiplos saberes, os modos de falar e pensar e as religiosidades são poderes que preservam como marcas que querem guardar e deixar como herança, como patrimônio desse presente-passado de lutas e sacrifício. Marcas que querem transmitir como “uma imagem do maior bem que temos a preservar: o pulsar da vida, o desejo de vida”.⁴ Marcas que são sulcadas nesse processo de criação e recriação de seu espaço na terra, no qual a terra também deixa suas marcas nas memórias, no fecundar a imaginação desses camponeses em suas várias lutas. Tudo para que não desapareçam os vestígios, ainda palpáveis, ainda densos em sua cultura, de uma tradição que é oposta a nossa história individualizante e coisificante da terra.⁵

Por meio da terra, não querem perder, simultaneamente, tanto a presença da natureza como da dimensão humana nos processos de construção e reconstrução de relações associativas, tais como a família. Esta é configurada como um dos espaços que desejam

preservar na condição de possibilidade para o exercício da capacidade de iniciativa e autonomia, a partir da imagem da terra como esperança de um reino de vida e liberdade. Natureza e família revestem-se de um caráter sagrado e, talvez, daí também, venha a força que eles encontram na religião.

Em seu cotidiano de subalternidade, esses sujeitos constroem espaços de autonomia e liberdade, apesar de toda miséria, opressão e devastação cultural por eles enfrentadas. Há uma capacidade de resistir à expropriação, na medida em que criam e recriam um conjunto articulado e diversificado de saberes, fazeres e valores, os quais, ainda que não respondam à lógica das ciências, das hierarquias e instituições sociais dominantes, não deixam de ser operativos para seus protagonistas.

Como representação de um momento, no tempo e no espaço, expressão de experiências, de historicidades, as imagens visuais e as falas podem ser decodificadas, interpretadas segundo as condições de sua produção e sua associação a outras informações, lembranças, concepções, imagens, tanto na memória desses camponeses migrantes quanto na dos pesquisadores ou de outros sujeitos.

Em decorrência, é importante considerar aqui algumas dessas apropriações, que se elaboram a partir dos significados instituídos por tais memórias. Tais depoimentos – de pessoas que foram estimuladas ou se ofereceram espontaneamente para dar entrevistas – são mais breves que os registrados em vídeo. Foram gravados, em geral, no calor do momento, logo após a projeção do material videográfico ou de *slides* sonorizados, em espaços coletivos como associações e escolas, em reuniões ao ar livre, na floresta e na extinta próMemória (com Panará-Kren-Akarore).

Nas avaliações da série videográfica *Em cima da terra*, em junho de 1989, destacou-se como temática mais mobilizadora de reflexões, de captação e produção de semelhanças e correspondências⁶ a expulsão dos índios Panará – denominados kren-akarore pelos caiapó, antes seus inimigos – da região onde hoje se inclui não só o município de Guarantã do Norte, mas também, aproximadamente, Matupá, Peixoto de Azevedo, Terra Nova e Colíder. Passemos a alguns desses depoimentos.

3) Sr. Norberto:

O que nós vê aí é só o problema dos índios, como eles perderam a terra, pra ele doar a terra pra nós, e hoje nem pra nós, sabe lá pra quem, porque nós tem a terra, não tem documento, nem sabemos se vamos ganhar documento, só promessa até agora. Então, não adiantava tirar dos índios e deixar nós aí em dúvida também, nem sabendo se vai ter que voltar pro sul...

É bom recordar do passado, no presente, hoje. Que aquele tempo mesmo, que tava em mais dificuldade, quando nós entramos, era, parece, melhor do que hoje porque hoje não existe união, aquele tempo nós tinha união. Então, faz recordar daquele tempo e

mostra pro povo como aquele tempo era difícil, as coisas e o povo era unido e, hoje, que já tem bastante fatura e o povo não se une. Seria muito mais fácil hoje do que aquele tempo se tivesse união. Mas parece que é um castigo, não sei por que, se é política ou que é, porque em vez do povo, quanto mais está desenvolvendo, mais unido, não, mais está desunido... Hoje, já tem conforto, meio de transporte, tem tudo, um já não precisa tanto do outro, e começa o povo a se desentender por isso.

4) Sr. Waldomiro:

Não, a gente chegou, agora, aqui, tá pior do que tava. A gente estamos como os índios. Naquele tempo, eles estavam colocados, estavam bem, agora, estão recolocados e estão pior do que naquele tempo...

Eu acho que esse trabalho de vocês é uma cultura, mesmo que não valerá pra nos favorecer, mas valerá pra história nossa, mesmo, e o futuro das outras que vão ficar no nosso lugar... Eu acho que é uma cultura, é um tipo de cultura, que a vida é nossa, pra ficar na história, uma história real, como os índios, companheiros de luta, trabalhando. Então, Guarantã está com uma história bonita e essa história não seria encabeçada, né?

5) Sr. Norberto:

Porque a gente lembrando do passado, como foi difícil, e a união do povo, e como era difícil pra gente conseguir alguma coisa, hoje, com a facilidade, nós devia se unir, era muito mais fácil. Mas a esperança ainda existe. Se nós se organizar, conforme nós estamos hoje aqui, em grupos, associado, e controlar nossas economias, e comercializar nós mesmos, tirando esses interesses, a dificuldade hoje em dia são os atravessadores. Porque entram pessoas com interesse maior que o nosso e cobriu nosso interesse. Quer dizer que ele, na realidade, ele dominou nós. Praticamente, quando nós não vinha aqui, ninguém tinha interesse por nós. Viemos sozinhos, tinha de morrer de malária, agora que furamos a estrada, eles vieram atrás e estão aí nos atrapalhando, isso aí é influência política. Porque naquele tempo, nós viemos sozinho, cada um pra si e Deus pra todos, e todo mundo estava bem, um ajudava o outro, um pousava no barraco do outro e ninguém ia pra trás. Agora, parece que um obedece num sei quem, tem que se reorganizar e dominar nossa economia.

6) Sr. Waldomiro:

É nós fazer um núcleo, igual os índios, cada um ter seu núcleo e comercializar com a nossa condução, com acesso a capital e trazer o que nós precisa de lá, porque nós precisa de pouca coisa de lá.

7) Sr. Norberto:

Mas também precisa de terra forte, nós temos a terra forte. Então, nós precisa é de que o governo comprá, isto é, pra incentivar um pouco. O que adianta nós ter terra forte, se nós não tem pra quem vender. Que nem o índio, ele quer terra forte pra ele viver, nós também precisamos viver.

8) Sr. Waldomiro:

É porque o índio ainda existe meio nu. Não precisa de cidade.

9) Maria do Nascimento (professora):

Eu estava comentando que achei importante em saber como que os índios ficaram doentes, eu pensava que eles ficavam doentes, dava gripe, e morria, mas assim entre eles. E eles ficaram doente, de gripe, só depois que as pessoas trouxeram a doença pra eles, eu não sabia. Achei importante ficar sabendo, que eles foi os primeiros habitantes do Brasil, as primeiras pessoas que se associaram da terra e foram tocados da terra, do lugar onde eles viviam pra nós morar. É como ele disse [Sr. Euclides, no vídeo] que deveriam ficar junto, com a gente, não tirar eles do meio. Mas, ao mesmo tempo, eles não poderiam também, que eles moram na mata, gosta de viver onde tem caça, peixe. E eles passam uma vida bem sofrida depois disso aí!

Então, por que tirar o índio da própria vida que ele teve? Se tivesse deixado, hoje, tem tanta terra abandonada, poderia ser terra dos índios. Tanta gente que comprou terras e mais terras, que está só no poder; só pra comprá, mais tarde ele vai vender. Fazendeiros que tem cento e poucos hectares de terra, que está no garimpo, está no comércio e a terra está lá parada. Se ele tem outro meio para viver, deixa a terra pra outro.

10) Marly (professora):

Acho que os índios podiam muito bem conviver junto com a gente. Na minha opinião, se os brancos fossem civilizados, podia todo mundo conviver, sem ninguém matar ninguém. Eles podem estar morrendo lá, eles poderiam ter uma vida muito melhor aqui junto com a gente.

11) Lucy (professora):

Meu pai, ele é fiscal lá do Sindicato, então ele está mexendo com uns ali embaixo, está acontecendo semelhante como os índios. Os posseiros têm três anos que estão lá, têm roça, têm casa, e agora chegam os 'donos' da terra e querem as terra, e aí está aquela luta. Então, esses falaram que tem contrato, tudo, que são donos da terra, mas só que os posseiros entraram já há três anos atrás, então, eles acham que eles devem ficar em cima da terra, já tem algumas coisas feitas. E esses chegaram, foram lá, ameaçaram eles, deram quarenta e oito horas para eles saírem do local, desocupar tudo, e eles não saíram, estão tentando, estão fazendo como aconteceu nos primeiros que nunca desanimaram, batalharam até o fim.

12) Nelci (professora):

Achei importante aquela passagem que tem o hino dos índios, por causa que eles pensam, que eles sente falta da terra deles, eles não querem a terra onde estão vivendo. Não se esquecem da terra deles, eu achei muito importante isso. É como nós também: se nós tivesse o nosso pedacinho de terra e viesse, e tirasse nós, e colocasse num outro lugar, a gente, acho que nunca ia esquecer, comigo é a mesma coisa. Não, não é fácil, não é fácil não, a gente nem sabia pra onde ir. Numa hora dessa, a gente teria que fazer que nem sai pela rua, porque não tinha nem onde cair morto. Então, a única coisa que a gente tem aqui é terra. Então, sei lá, ia ficar difícil pra gente.

13) Sr. Joaquim:

Bem, eu acho que a passagem que realmente me emocionou foi o problema do índio. Ele, pra todos efeitos, como os branco considera ele, como sendo, lá longe, com um ser

que não é humano, mas ele também tem direito da fatia dele. Afinal de contas, ele tem todas as características do ser humano, ele tem as qualidades do ser humano, então, bruscamente, o homem civilizado chegou, tomou conta e obrigaram a sair; encostado, como animal, a procurar outra região. Acho que isso aí não é certo, acho que o branco deveria ser mais culturado... Já que nós achamos que somos tão culturado, e deixamos fazer isso com eles, acho que isso aí, realmente, foi uma coisa que emociona a pessoa. Também, a dificuldade da pessoa que sai do sofrimento, sai de uma região difícil e na esperança de chegar aqui e pega um pedacinho de terra, e ele vem naquela ilusão que as coisas vai funcionar, como era pra funcionar, na verdade não funciona, também eu acho que é uma decepção muito grande, isso aí também me marca muito, como de fato todas as vezes que a gente conversa... que a gente vem na ilusão e, na hora H, não é nada daquilo, fazer o quê? É Brasil...

O Brasil é assim mesmo...

Eu acho que aí é um trabalho que vocês fizeram, um apanhado da região, das entradas dos primeiros, da saída dos que realmente estavam aí. É um trabalho que mostrou para nós coisas que, por exemplo, eu não sabia: que aqui, o Peixoto, era habitado por índios, não era do meu conhecimento, inclusive, no meio da roça, a gente vê muito, pedaços de vestígios de origem indígena, entendeu? Mas, para mim, isso daí era muito remoto, questão de cinqüenta, sessenta, anos atrás, mas não, é recente, faz dez, onze anos. Quer dizer, praticamente, eles deixaram a casa e nós estamos habitando nela, de tão recente que é!

É, eles viviam agregados por várias tribos, uma espécie de um parentesco. Porque na verdade eles é como nós, tem parente em São Paulo, em Brasília, em Rio de Janeiro, ele também tinham parente lá, parente aqui, assim, iam formando, agregando as tribos. É uma pena! Mas a verdade é essa, a realidade, nós não podemos fugir dela, o homem, o progresso vai chegando, e vai destruindo alguma coisa... Alguma coisa que, pra pessoa que tem um pouco de conhecimento, e talvez um pouco de querer aceitar a natureza de como realmente ela é, então, a gente começa a dizer que não podia ter agido dessa maneira. Devia ter dado liberdade pra eles, dividido as coisas certas, nas proporções iguais. Mas o homem moderno é diferente, ele chega e, com toda arrogância dele, ele vai tomando conta.

O genocídio dos índios panará-kren-akarore ocorreu na década de 1970, com a abertura da estrada Cuiabá/Santarém – BR 163, instrumento (entre outros, mas não só) de (re)ocupação estratégica dos chamados “espaços vazios” do Centro-Oeste e da Amazônia, sob a égide da ideologia da segurança nacional dos governos ditatoriais dessa época. Em 1975, esses índios foram reduzidos de cerca de 1.500 para 100 e transferidos para o Parque Nacional do Xingu. Aí, hoje, tentam sobreviver, com desgosto, porque sonham em voltar para suas terras de origem, rememoradas como terras boas para plantio de alimentos. Esse relato é feito no documentário “Os donos das terras imemoriais”, principalmente, por Megaron (caiapó), na época diretor do Parque. Mas também é construído por Teséa (cacique) e Kreton, através de linguagem predominantemente gestual e facial, e de expressões lingüísticas próprias porque não tinham domínio do português.

Ao contrastarem a história desses grupos indígenas com as deles próprios, homens e mulheres migrantes de Guarantã do Norte fazem emergirem certos traços de suas identidades, que vêm à tona e são reelaborados, sob o estímulo dessas memórias. Encontram uma analogia fundamental com os grupos indígenas, apesar de não esquecerem também das diferenças, de sua dimensão cultural de humanidade, de pessoas que se associam pela terra e que se relacionam por parentesco, que pode estar espalhado, mas que tem vínculos de articulação.

Nas reflexões sobre a perda da terra pelos panará-kren-akarore, esses migrantes assinalam seu caráter irrecuperável – *“onde eles moravam tudo já está transformado”* –, pela violência de um processo que nada tem de civilizado: os brancos não teriam nem o direito de denominar os índios “aculturados”, porque são os brancos que estão num estágio bárbaro de cultura. O avanço do moderno e do chamado progresso só vem causando destruição e desrespeito pela humanidade de cada um, inclusive, dos índios. Daí não vem ocorrendo progresso, só algumas mudanças, com poucas melhorias. Os vestígios dos objetos indígenas não são “reliquias” de um passado a ser esquecido, mas de experiências muito vivas no presente.

Dentre as mudanças que completariam, para os migrantes, o processo de redenção pela terra, várias promessas não foram cumpridas, principalmente a legalização da documentação da propriedade, o que os leva a prever que pesa sobre eles uma ameaça: a repetição da experiência dos grupos indígenas; isto é, perda da emancipação, pela perda da terra, através do uso da força explícita pelos dominadores – a expulsão.

Há terra sobrando no Brasil, inclusive para especulação. Então, a expulsão dos índios – e, talvez, num futuro próximo, a deles mesmos, de Guarantã do Norte – não tem justificativa. Os índios precisam de extensões maiores do que os colonos e outros pequenos proprietários porque sua cultura é diferente. Mas todos precisam de uma terra “forte”, de onde saíam alimentos, sejam índios ou não. Só que estes, praticamente, não precisam da cidade como mercado de seus produtos. Mas isso não é justificativa para destruí-los. Pode haver uma distribuição mais equânime de direitos.

É vislumbrada como alternativa de resistência à dominação um processo de auto-organização, que garanta sua autonomia no mercado, como produtores, em suas relações com a cidade. Essa autonomia vem sendo praticamente impedida pela interferência de políticos e atravessadores, que estão estimulando a desunião entre todos.

A situação enfrentada pelos índios reaviva a lembrança dos primeiros tempos de Guarantã do Norte, da solidariedade e da união, quando lutavam juntos, em grupos, por conta própria, para ter o acesso à terra. Esse tempo é visto como tempo de conquista, de esperança, de liberdade, de redenção, de restituição, de retomada da emancipação. É um tempo que não pode ser perdido. Porque a terra não pode ser perdida.

A perda da terra, então, é barbárie, porque é a perda da experiência como patrimônio cultural e histórico,⁷ suporte de tradições a serem transmitidas e recriadas como obra, de geração a geração. Quando memórias oprimidas, como as de migrantes camponeses, só aparentemente desenraizados, fazem-se presentes nas cenas escritas e visuais da história, podem ser revelados vestígios desse patrimônio, através de frases, pensamentos, como o que é citado por dona Ida, na epígrafe deste artigo, que exprime o desejo de direitos. Também através de várias outras imagens depositadas nas posturas, nos hábitos, nos modos de falar, que, por isso, foram respeitados e não “corrigidos”, para não serem desqualificados; nos modos de morar e dormir; nos gestos, nas expressões faciais, na devoção; nos saberes exercitados no cotidiano; no modo de trabalhar e de cuidar dos filhos, da família e da terra. Muitas vezes, o patrimônio assim preservado é confundido como indício de “atraso” e “isolamento”, por projetos sociais defensores do “progresso”.⁸ Mas, como apontam os depoimentos aqui considerados, trata-se de saberes, valores, referências básicas, poderes, modos de ser operativos e em elaboração intensa, desejosa de interação e ampliação por outros saberes e experiências: tudo aquilo que procurei tratar como referências geradoras de temas, problemáticas, conteúdos, interpretações, em diálogo incessante com imagens e depoimentos incluídos nesta investigação.

No caso de sujeitos excluídos, que lutam pela cidadania, por seus direitos, esse patrimônio e essa preservação acabam sendo os únicos de que dispõem. O que se procura lembrar e preservar não são obras de arte, obras do saber, obras arquitetônicas e urbanísticas, tal como o patrimônio histórico é quase sempre concebido pela mídia, por especialistas ou por instituições especializadas. Lugares e objetos são evocados por camponeses migrantes de Guarantã do Norte como uma memória mais próxima de todos nós, como uma história de sensibilidades e sentimentos.⁹ História, ela própria, que é uma herança, um patrimônio, como dizem esses sujeitos em depoimentos aqui analisados, nos quais a mulher se revela matriz cultural imprescindível de transmissão dessa herança.

Para o senhor Travessini, essa relação com a terra não pode ser perdida. No limite, a terra é o único espaço onde ele pode preservar um pouco de liberdade, para fazer voar sua imaginação, que ele já sente tolhida pelo fato de morar na sede do município de Guarantã do Norte, o qual, em 1990, chegava perto de 50.000 habitantes. Diz ele:

Me criei ali no mato, eu gosto muito de mato. Ver aquelas floresta. Eu não sei! Eu aqui, quando vou lá pro mato, eu fico tranqüilo de manhã cedo, de noite. Cantar de tudo aqueles passarinho é o que me alegra. As vez, aqui, eu fico até meio louco! Verdade, mesmo! A gente trabalha as hora que tem que trabalhar. Vai pro barraco e faz um almoço, uma janta, se atira na rede. Anoiteceu, fica quietinho! Que fica gostoso demais!

Em Brasília, o senhor Cabeça (Antônio Amâncio), operário, por mim entrevistado em outra pesquisa, com experiência na construção civil no Rio de Janeiro e na construção

da capital federal, é um dos que plantam roça numa área de preservação ambiental, na Vila Planalto, entre o Palácio da Alvorada e o Palácio do Planalto. Afirma ele:

A roça é o meu segredo... É benção de Deus na minha vida!... Quando chega, assim, novembro, dezembro isso aqui é mais lindo do que se pode imaginar. Porque tem tudo em que você pensar em coisas verdes: que a gente come milho, feijão, mandioca, tudo, é bonito demais! Aqui, quando eu estou trabalhando, eu tô livre de qualquer tipo de pensamentos traiçoeiros ou maldosos e tô vendo as coisas crescer! A gente conversa com a planta! Tudo que você vai fazer, você tem que falar p'ra planta, que ela tem que crescer, produzir, porque é parte sua. É como se você estivesse ensinando um menino a viver!... Quando menino, eu vi meu pai fazendo, aprendi um pouco com ele.¹⁰

O senhor Ernesto, vigilante do estacionamento do prédio do Ministério da Educação, também em Brasília, empolgou-se num dia em que eu fazia fotografias dos ipês que explodiam em flor, em setembro de 1991, na transição da época da seca para a das chuvas, que marca profundamente o cotidiano nessa cidade, onde moro. Dirigiu-se a mim e começou a conversar. Contou-me parte das histórias dele e dos paus-d'arcos (ipês) existentes em sua terra natal, na Bahia.

A identidade com a terra e outros tesouros soterrados do passado pode, portanto, reaparecer no inesperado, naquilo só aparentemente insignificante, seja no campo ou na cidade.

Por um lado, é ingênua a suposição de que há um patrimônio comum para todos, sempre da mesma forma, como algumas versões da história, sacralizadas pelo Estado e por parte do conhecimento histórico erudito, tentam demonstrar. Estamos sempre diante de múltiplas experiências de temporalidades, que significam pluralidades de vozes na construção de referências e identidades.¹¹

Por outro, reconhecer que só há patrimônio cultural e histórico quando este é vinculado a grupos sociais específicos não significa desqualificar direitos de uns e outros, ao se transformar diferenças em hierarquias e desigualdades, ao se reforçar a cidadania como fonte de exclusão, de favor ou de privilégio. Maria Nascimento refere-se a esse tema quando reconhece que talvez fosse possível os camponeses viverem próximos, mas não misturados, com os índios, porque há diferenças entre os modos de vida de ambos. Mas que isso não é a mesma coisa que justificar a expulsão dos índios de suas terras imemoriais, já que eles, como os camponeses, vivem “associados da terra”, a ela têm direito. E ainda foram “os primeiros habitantes do Brasil”, o que representa acréscimo de mais um direito. Alguns pesquisadores, ao assistirem ao audiovisual *Rememorações: terra, esperança e liberdade*,¹² não admitiram a possibilidade de camponeses se identificarem com grupos indígenas, porque as concepções de propriedade que informam esses grupos seriam excludentes (privada e coletiva), segundo eles. A organização dos Povos da Floresta,

fortemente motivada pela Constituinte na metade da década de 1980, congregou não só índios e seringueiros – que no passado já haviam se matado –, como também colonos de projetos de assentamento na Amazônia.

Lidar com a cultura em tempos democráticos demanda flexibilidade no pensamento e na ação... A cultura, como a memória, constitui-se na criação de direitos sempre renovados que emergem do processo democrático: o direito das mulheres, dos negros, dos meninos de rua, dos sem-terra, dos sem-teto, dos índios, dos homossexuais, dos trabalhadores, dos aposentados... uma listagem que se amplia na correlação direta com a democracia, cuja característica é a produção incessante de novos sujeitos políticos em luta pela cidadania.¹³

Embora não sejamos todos camponeses, não guardemos na dinâmica de nossas identidades traços de condição camponesa, enquanto diferentes, somos atingidos pelas lições e mensagens contidas e expressas em suas memórias porque dizem respeito a todos nós, a um presente que urge ser interpretado.

Parece ser metáfora do Brasil brasileiro sonhado, entre outros, por José Baiano, a garantia de direitos e abrigos que enraízem cidadãos, mas que, simultaneamente, não os aprisionem. Sempre a utopia de liberdade, como as roupas esvoaçantes penduradas na Casa Brasil de Guarantã do Norte. Hoje, essa casa não existe mais, enquanto tal, mas continua a sinalizar vestígios de esperanças ainda não realizadas, pelas quais ainda temos que lutar.

Porque a terra e a esperança são as últimas que morrem, máxima que eu ouvia na minha infância. E da qual encontro ressonância em imagens, falas, gestos, expressões faciais, objetos de camponeses – migrantes de Guarantã do Norte – e, infinitamente, em muitos outros sujeitos, tempos e espaços a serem descobertos pelo mundo afora.

Ao escavar e instituir memórias com camponeses migrantes de Guarantã do Norte, parece que tecemos uma história tirada de entrelinhas.¹⁴ Limites do desconhecido ainda se colocam, diante do conhecimento histórico sistematizado nesta investigação. Sempre foi claro, para mim, seu caráter provisório, incompleto, seletivo e limitado. Mas almejo que, pelo menos, janelas tenham sido abertas, para que frutos dessas sementes como excesso de significações¹⁵ sejam colhidos por muitos outros, que ainda virão, na busca e na luta por uma sociedade mais justa e solidária.

Recebido em julho/2006; aprovado em setembro/2006.

Notas

* Professora doutora na Pós-Graduação em História da UnB e pesquisadora do Ceam-Necoim, na mesma instituição. Mestre em Ciência Política pelo IUPERJ-RJ e doutora em História Social pela FFLCH-USP.

¹ MAGALHÃES, N. A. *Marcas da terra, marcas na terra. Um estudo da terra como patrimônio cultural e histórico*. Tese de Doutorado em História Social. FFLCH-USP. São Paulo, 1996.

² ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. Tradução de Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo, Perspectiva, 1988; principalmente, no ensaio “O conceito de história – antigo e moderno”, pp. 74-75.

³ MAGALHÃES, N. A.; NUNES, J. W. e PAIVACHAVES, T. *Em cima da terra*. Brasília, próMemória Vídeo/ CNPq, 1987/1988.

⁴ BOLLE, W. “Cultura, patrimônio e preservação”. In: ARANTES, A. A. (org.). *Produzindo o passado. Estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 23.

⁵ Embora nesta pesquisa eu não tenha tratado da questão do parentesco, há pontos de contato com um estudo antropológico que lida com essa temática da terra como valor moral para a família. Conferir: WOORTMANN, E. F. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo/Brasília, Hucitec/EdUnb, 1995, pp. 311-325.

⁶ “Segundo Benjamin, todos os homens têm o poder de captar e produzir semelhanças e correspondências. Elas estão inscritas objetivamente na natureza, e a elas corresponde a faculdade subjetiva de percebê-las: o dom mimético, que permitia ao primitivo tornar-se semelhante e observar semelhanças. No mundo moderno, essa faculdade se degradou, não desapareceu de todo. Ela sobrevive na linguagem, que constitui um arquivo de correspondências supra-sensíveis”.

ROUANET, S. P. *As razões do iluminismo*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987, p. 85.

⁷ “Pois qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?” BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 115.

⁸ MAGNANI, J. G. C. “Patrimônio cultural”. Salvador, s/d.

⁹ BOLLE, op. cit., p. 14.

¹⁰ MAGALHÃES, N. A., NUNES, J. W. e PAIVACHAVES, T. *Abrigos da memória na Vila Planalto - DF*. Documentários histórico-videográficos. Brasília, CPCE/Neco-Ceam, UnB, 1993/1995; id. *Abrigos da memória na Vila Planalto - DF*. Projeto de pesquisa. Brasília, Neco/Ceam-UnB, 1992.

¹¹ Ver, a respeito, SILVA, M. *História. O prazer em ensino e pesquisa*. São Paulo, Brasiliense, 1995, pp. 39-84.

¹² MAGALHÃES, N. A.; NUNES, J. W. e PAIVACHAVES, T. *Rememorações: terra, esperança e liberdade*. Brasília, CNPq/próMemória, 1990.

¹³ ESTANISLAU, L. A. “Memória brasileira: este insaciável objeto de desejo”. In: BRITO, M. (org.). *Cadernos ENAP. Ciclo de debates sobre cultura e memória: perspectivas da administração pública brasileira hoje*. Brasília, Enap, 1993, v. 1, n. 2, p. 22.

¹⁴ DIAS, M. O. L. da S. *Quotidiano e poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 10.

¹⁵ BENJAMIN, op. cit., p. 204: “Heródoto não explica nada. Seu relato é dos mais secos. Por isso, essa história do antigo Egito ainda é capaz, depois de milênios, de suscitar espanto e reflexão. Ela se assemelha a essas sementes de trigo que durante milhares de anos ficaram fechadas hermeticamente nas câmaras de pirâmides e que conservam até hoje suas forças germinativas”.